

Sarnei defende adiamento, Goldman denuncia manobra

Enquanto o presidente nacional do PDS, José Sarnei, dizia ontem, em Brasília, que "está evidente e claro que não há condições para que sejam realizadas as eleições municipais", o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) denunciava, por trás da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, um plano visando à inviabilização do pleito de governadores, de 1982, e talvez de senadores e deputados federais. Segundo sua interpretação, tudo seria feito para manter intacto o colégio eleitoral que escolherá o futuro presidente da República.

O senador Sarnei deixou claro que "só há condições de permanecer a descontinuidade de eleições se realizarmos o pleito previsto para este ano. Como ele se encontra inviabilizado", declarou, "a tese está totalmente fora das cogitações".

A solução para o impasse, em sua opinião, só surgirá a partir da leitura da emenda do deputado Anísio de Sousa, que propõe a prorrogação dos mandatos.

O senador governista esclareceu que o adiamento tem o apoio quase total dos pedessistas, segundo consultas feitas por suas lideranças no Senado e na Câmara.

GOLDMAN

A "trama", posta em ação pelo PDS, consistiria, conforme o deputado Alberto Goldman, em "tumultuar de tal forma a legislação eleitoral e o próprio pleito de

1982, com o acúmulo, em uma mesma eleição, da escolha dos governadores, prefeitos, vereadores, senadores, deputados federais e estaduais, que, na prática, seria impossível sua realização." Ele acha que "não tendo os eleitores condições, de fato, de assinalar tantas cédulas ao mesmo tempo, devido ao grande número de candidatos dos seis partidos, mais as sublegendas municipais, surgiria então um argumento que iria justificar mais uma vez a eleição dos governadores e prefeitos por via indireta".

Goldman mencionou o fato de que já se fala em transformar as eleições municipais em indiretas: sob esse critério, os vereadores teriam seus mandatos prorrogados e escolheriam os prefeitos.

AMPLIARÁ

Já o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que ontem esteve na Assembléia Legislativa, é de opinião que o governo ampliará aos municípios a intervenção que já vem promovendo há dois meses no Congresso Nacional dos projetos, "causando grande mal ao país".

CHANTAGEM VULGAR

"A ameaça de intervenção é chantagem grosseira e vulgar", afirmou ontem, em Brasília, o secretário-geral do PMDB, Aldo Fagundes, para quem "o que está faltando é simplesmente o governo se dispor a cumprir a Constituição, pois, sendo esta a lei maior, deve prevalecer sobre a norma menor".

20 MAI 1980